

O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS E A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: DISCUSSÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

LUIZ FELIPE WASSMANSDORF¹ GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – lfw.geo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – Orientadora - gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A FAO - Órgão das Nações Unidas (ONU) para Alimentação e Agricultura. (2017) afirma que os números de famintos no mundo vêm aumentando desde 2015. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. E, os dados sobre os “extremamente pobres”, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, aumentaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017. Esses dados encontram-se em elevação desde que o Brasil aceitou renunciar ao tratamento especial enquanto país “em desenvolvimento”, na Organização Mundial de Comércio (OMC) em troca do ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, posteriormente, não se efetivou.

Em termos da produção agroindustrial de alimentos, na safra de 2015/2016, o Brasil produziu 96,6 milhões de toneladas de soja (APROSOJA Brasil, 2021). A soja é o principal produto na pauta de exportações do país, e coloca o Brasil em segundo lugar no ranking mundial de países produtores. Desse total produzido, 44% são exportados in natura, 49% são industrializados (farelo e/ou óleo) e 7% são destinados para outros usos. Do total processado, 79% resultam em farelo (52% exportados). O óleo de soja (alimentação ou biodiesel) somam 21% dos 49% do volume industrializado. Destes, 23% são exportados (APROSOJA Brasil, 2021). Quando se trata de proteína animal, destinada a alimentação humana, em 2015, o Brasil se posiciona como detentor do maior rebanho no mundo, com 209 milhões de cabeças, sendo o segundo maior consumidor de carne bovina (38,6 kg/habitante/ano) e o segundo maior exportador (1,9 milhões de toneladas) no mundo (EMBRAPA, 2021). Estima-se que da carne que alimenta diariamente a população brasileira, 80% é produzida no país.

Por outro lado, a agricultura familiar é o principal fornecedor do mercado interno brasileiro (via centrais de abastecimento, mercados institucionais, mercados convencionais atacadistas e/ou no contato direto com o consumidor via feiras públicas), e, segundo dados (MAPA, 2018), é responsável por um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, produzindo 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O segmento da agricultura familiar também responsável por 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. A agricultura familiar brasileira abastece boa parte da população do campo e das cidades, afirmando, assim, a importância de políticas públicas que garantam com segurança, aos agricultores e ao mercado, um planejamento nos processos de produção, distribuição e consumo, sobretudo, a um preço mínimo aos produtos das unidades familiares e a um preço acessível ao consumidor final.

Diante disso, justifica-se o estudo sobre o papel da agricultura familiar enquanto principal fornecedor de alimentos para a população brasileira e sobre a construção de projetos de desenvolvimento rural enraizados nos territórios.

Infelizmente, os sujeitos, que conformam a categoria da agricultura familiar, em suas mais singulares características sociais, econômicas e culturais retornaram à invisibilidade no que tange às políticas públicas do Estado brasileiro a partir de 2016.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho é parte da agenda de pesquisa de projeto de maior abrangência que trata de estudo-diagnóstico sobre as repercussões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a organização dos sistemas agrários familiares nos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, localizados na Serra dos Tapes no Estado do Rio Grande do Sul.

Para este trabalho, especificamente, foram utilizadas informações e dados secundários, tratados em uma perspectiva qualitativa, considerando-se o panorama geral da agricultura familiar e suas articulações com a noção de desenvolvimento rural, na perspectiva territorial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do tempo, contam-se os inúmeros investimentos de análise que tomam o conceito de desenvolvimento e seus vocábulos correlatos (reconstrução, crescimento, progresso, tecnologia, padrão de vida, qualidade de vida, liberdade, etc...) como “chave” para abrir as portas do futuro, após os tempos sombrios vividos na Segunda Guerra Mundial. Entretanto, as palavras de Esteva (2000) esclarecem sobre as dificuldades em articular o potente arcabouço teórico já produzido com a diversidade de situações de vida encontradas em países do norte e do sul.

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento (ESTEVA, 2000, p.61).

Nesse sentido, desde o primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990), há consenso que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países é insuficiente como medida de desenvolvimento (KAGEYAMA, 2004). Com o objetivo de formular um índice que captasse a complexidade que envolve as variáveis do desenvolvimento dos países, Amartya Sen e Mahbud ul Hag criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1993, que se tornou referência nos estudos sobre desenvolvimento multidimensional e multiescalar.

O desenvolvimento avaliado pela perspectiva do IDH engloba a análise de aspectos econômicos e sociais. Em especial, contempla o estudo de variáveis de diversas origens, passa a incluir a renda e indicadores referentes à qualidade de vida das pessoas, como o acesso à educação e saúde, desigualdade e demais fatores que interferem no bem-estar da população. No que se refere, especialmente, ao desenvolvimento rural Chalita (2005) o define como uma noção que traduz as alterações políticas, sociais e econômicas em uma conotação mais ampla:

O que muda então nas concepções de desenvolvimento rural é o peso atribuído aos seguintes elementos: conhecimento técnico-científicos produzidos de forma convencional em instituições de pesquisa ou no campo da experiência; articulação adequada para o aproveitamento de sinergias que otimizem potencialidades para atender o exercício da democracia; outras formas de saberes locais incluindo formas de gestão dos recursos e sua articulação com interesses sociais; sustentabilidade e desenvolvimento visando não apenas o ponto de vista técnico-econômico (a maximização na reprodução dos recursos naturais), como também do ponto de vista da igualdade e justiça social, o que implica compromisso intrasocietário e intergeracional e participação dos atores sociais envolvidos em um processo além dos usualmente adotados para prospecção de demandas (CHALITA, 2005, p.108).

Nessa perspectiva, o rural passa por uma renovação de princípios direcionadores, tanto conceitual quanto das políticas públicas (GRAZIANO DA SILVA, 1999), em uma busca do desenvolvimento rural e não em um desenvolvimento agrícola (modernização da agricultura). Com isso, o enfoque territorial passou a ser um instrumento fundamental das políticas públicas, retirando a proeminência das questões setoriais nas discussões sobre o desenvolvimento, demonstrando, assim, que o desenvolvimento territorial rural não se sustenta apenas com novos investimentos na agricultura familiar, mas também no reconhecimento de que as demandas desse segmento são, em grande parte, conciliáveis com as demandas da sociedade, de forma geral.

Graziano da Silva (2001) evidencia que não há estratégia de desenvolvimento possível que não preconize a redução de pobreza. Na mesma linha de análise, Schneider (2004) destaca que as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento rural no Brasil enfocam, direta ou indiretamente, as ações de combate à pobreza e às múltiplas fontes de vulnerabilidade social que afligem as populações rurais. Além disso, afirma que os estudos e pesquisas devem estar atentos às relações que afetam as condições de vida da população rural. Sobretudo, o desenvolvimento deve ser compreendido sob a perspectiva da mudança social. Tendo em vista a magnitude da população rural no mundo e no Brasil. Abramovay (2000) explicita que a noção de desenvolvimento deve encontrar uma aplicação específica, principalmente pelo que o meio rural tem a oferecer para a sociedade e também pelas dificuldades das regiões urbanizadas em gerar oportunidades de trabalho e integração. Conforme destaca o autor, “a noção de desenvolvimento rural é certamente normativa, mas sua utopia apoia-se em um potencial que a sociedade pouco conhece e, conseqüentemente, pouco valoriza” (ABRAMOVAY, 2000, p 26).

Por sua vez Waquil, Gianluppi e Mattos (2005) argumentam que a literatura contemporânea sobre desenvolvimento aponta para a multidimensionalidade destes processos. Para os autores, “quando o desenvolvimento no espaço rural é debatido, muitas vezes girando em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, a dimensão econômica deve ser complementada por outras dimensões, como a sociodemográfica e a ambiental” (WAQUIL; GIANLUPPI; MATTOS, 2005, p. 139).

4. CONCLUSÕES

Considerando as especificidades do espaço rural e seus condicionantes ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais e políticos se entende por desenvolvimento rural um processo complexo e multidimensional e que depende do

protagonismo da agricultura familiar. Por sua vez, a agricultura familiar se adapta diante de contextos de crise econômica, ambiental e sanitária (como vivenciado durante a pandemia de Covid 19), buscando garantir o fornecimento de alimentos para famílias rurais e urbanas, dirimindo os efeitos da insegurança alimentar. Dentro de suas possibilidades, os agricultores e agricultoras familiares estabelecem estratégias para acessar diferentes canais de comercialização. Assim, entende-se que as políticas públicas voltadas para a consolidação de mercados institucionais de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são vias de promoção do desenvolvimento rural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

APROSOJA – Brasil, Associação de Produtores de Soja do Brasil . **Economia**. Brasília: 2021. Acesso em: 10 Ago. 2022. Online. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/a-soja/economia>.

CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, jan./jun, p.97-111, 2005

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Qualidade da carne bovina**. Brasília: 2021. Acesso em: 10 Ago. 2022. Online. Disponível em: <https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-bovina>.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W (org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.59-83.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Roma, 2017. Acessado em 10 Ago. 2022. Online. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-l7695e.pdf>

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Textos Para Discussão**. NEAD, Campinas/SP, v. 2, p. 5-52, 2001.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

WAQUIL, P. D.; GIANLUPPI, L. D. F.; MATTOS, E. J. As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 117-142, 2005.